

O Autoritarismo, a Guerrilha Urbana e a Violência*

Elizabeth F. Xavier Ferreira **

A questão

O impacto cada vez mais brutal da violência nos grandes centros urbanos brasileiros tem suscitado intermináveis debates e muita polêmica. A questão vem sendo constantemente exposta na mídia, com forte repercussão tanto na sociedade civil como em esferas governamentais. E os dilemas criados por essa situação constituem tema privilegiado para a reflexão acadêmica.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, o crime se organizou, passando a controlar o tráfico de drogas munido de um moderno arsenal altamente potente. De fato, suas diferentes facções instalaram-se como braços de um poder paralelo que se espalha pelas grandes cidades, instaurando o regime do medo. Esse quadro - onde, comumente, a violência também encontra sustentação nas condições degradadas de subsistência de uma grande camada dessas populações urbanas - é atravessado por tensões sociais dramáticas que revelam cruamente o nível de exacerbação dos conflitos que ameaçam esses espaços.

Contudo, o fenômeno da violência não se restringe a uma única esfera da realidade social. Em seus vários níveis há ordens de ações criminosas distintas, exigindo cada uma delas, por sua especificidade, um diagnóstico próprio. Uma dessas esferas refere-se à arena política, na qual também já se fez o uso indiscriminado da força, em vários momentos de nossa história. Refiro-me aqui a embates ideológicos pelo poder que, com a radicalização das partes envolvidas na defesa de seus interesses políticos, saem do campo das idéias para o da ação violenta. Pretendo, no presente texto, abordar exatamente este aspecto da realidade social brasileira, tomando como ponto de referência o episódio da guerrilha urbana no Brasil no final da década de 60 e durante os anos 70.

* Este artigo, especificamente na sua parte sobre a tortura, é uma versão modificada de um dos capítulos de *Mulheres, militância e memória*, dissertação de mestrado em Antropologia (PPGAS - Museu Nacional/UFRJ, fev/96) sobre a participação das mulheres na luta armada contra a ditadura militar, contando com os testemunhos de treze ex-presas políticas.

** Autora de *Mulheres, militância e memória*, Rio de Janeiro, Ed. FGV (no prelo).

Assim, ao apresentar o grau e a qualidade da violência nas estratégias da ditadura militar contra as ações dos grupos revolucionários e o papel destes grupos no confronto, estou colocando em questão a idéia de que o espírito de conciliação seja um traço constitutivo da nossa formação social. A partir de um tal modelo interpretativo, afirma-se que o artifício da negociação sempre prevaleceu sobre qualquer outra forma de solução para se enfrentarem os impasses da trajetória social e política do país. Contudo, o viés ideológico desse tipo de abordagem oblitera a presença da violência em nosso processo histórico. Desde as insurreições de um passado distante até a guerrilha urbana de um passado recente, pode-se verificar que, no Brasil, quer as transições políticas, quer as relações dentro desse âmbito, nem sempre foram pacíficas. Por um lado, constata-se a presença de movimentos de resistência importantes que se opuseram ao poder estabelecido e, por outro, a violência sistemática na reação deste poder contra tais estratégias.

Além do mais, segundo certas análises políticas e sociológicas, o germe da violência organizada nas grandes cidades brasileiras pode ser localizado nas práticas da repressão militar durante a ditadura. Há também aqueles que vêem nas táticas da guerrilha urbana a didática que instrumentalizou os assaltos a bancos e os seqüestros praticados, por exemplo, pelo Comando Vermelho¹. Ambos os enfoques sugerem, no final das contas, que o confronto entre a ditadura militar e a luta armada politizou a violência, o que, por sua vez, facilitou a organização do crime. Assim quero levantar aqui um outro aspecto da questão da violência do regime de arbítrio. Refiro-me, neste caso, a seus desdobramentos e a qualidade de seu alcance. É necessário, portanto, que se analise e que se averigüe em profundidade a relação que se faz entre certas práticas criminais que se desenvolvem posteriormente na sociedade brasileira e a experiência da repressão política na ditadura militar.

De qualquer modo, desde 1964 - e, sobretudo, a partir de 1968 - a suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros e os métodos utilizados pelos governos militares para coibirem a ação dos grupos de esquerda contra o regime legitimam a prática da violência criando uma “cultura da brutalidade”². Ao transformar a polícia em instrumento político, instituindo-a como braço armado da ditadura, o poder militar, naquele momento, institucionaliza a violência e estabelece novas correlações entre forças de diferentes naturezas. Ao mesmo tempo, alguns ex-militantes, fazendo hoje uma análise da interpretação que setores da esquerda tinham daquela conjuntura, consideram que aquela interpretação estava contaminada pela idealização de que haveria potencial revolucionário em qualquer foco de rebeldia.

Na realidade, o regime político implantado pela ditadura militar no Brasil em 1964 e que se estendeu até 1985 desencadeou, nos momentos de combate mais intenso às práticas guerrilheiras, experiências sociais e existenciais violentas. De modo geral, a clandestinidade, o exílio, a tortura e a prisão constituem situações-limite produzidas dentro de tal quadro, colocando sobre os participantes uma

¹ Acredita-se que tal aprendizado se teria dado na prisão, através da convivência de membros desse grupo com os guerrilheiros. Convém não esquecer, porém, que esse convívio lhes foi imposto pelo próprio sistema penitenciário.

² Expressão cunhada por Gilberto Velho no artigo “Memória e Política”, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 7 de março de 1994.

qualidade particular de coação. Além da ameaça da desestruturação psíquica dos indivíduos pelo forte impacto dessas experiências sobre suas subjetividades, essas mesmas experiências também lhes impõem um afastamento de seu contexto sócio-cultural e afetivo. Encontrando-se fora da ordem política vigente ao se insurgirem contra ela e ao se tornarem alvo da repressão, os ativistas de esquerda vêem alterado seu contato com a sociedade maior e com os mecanismos que antes lhes haviam garantido e legitimado suas identidades sociais.

Em outras palavras, a segregação a que esses agentes ficam submetidos - que, apesar de relativa, não deixa de ser dura - provoca-lhes uma desestabilização, tanto de ordem subjetiva quanto de ordem social. As alterações que surgem na participação desses militantes na vida legal da sociedade e em seu próprio comportamento resultam do caráter peculiar de sua experiência, conseqüência de seu desaparecimento temporário do mapa social no qual estavam anteriormente inseridos.

Antes, porém, de desenvolver algumas considerações a respeito da forma mais exacerbada da violência praticada dentro desse contexto, considero importante comentar brevemente as condições de vida e de sobrevivência dessas outras experiências que, além da tortura, faziam parte daquela realidade e que, sendo todas resultantes da ação repressora do governo militar, estavam igualmente submetidas a ela.

O quadro

Dentro do quadro político daquele período, os militantes engajados na luta armada deslocavam-se pela malha da sociedade de forma peculiar, com arranjos alternativos que contrastavam com os que haviam sido elaborados pelo código de sua cultura para a reprodução da vida em sociedade. Estas novas formas de sobrevivência podiam ir desde a solução da semi-clandestinidade até, como acabo de comentar, uma espécie de desaparecimento em vida (sobretudo quando os agentes perdem contato até com as próprias organizações)³. Entretanto, mesmo a condição insólita dessa experiência política não aboliu mecanismos que puderam assegurar a convivência social naquelas circunstâncias. Apenas, estes foram elaborados de outra maneira e num outro nível da realidade social, legando a esta novos significados. Esta possibilidade, ao criar outras redes de interação, permitiu o surgimento de um modelo diferente de vida social que se distinguia do da legal. As organizações clandestinas e suas formas diferenciadas de estruturação hierárquica, as relações de solidariedade ou de disputa que se estabelecem entre elas e as soluções para a manutenção dessas redes (principalmente o recurso aos “pontos” ou encontros clandestinos, valioso expediente, apesar dos altos riscos que sempre envolvia) são alguns exemplos. Mesmo dentro da sociedade legal produz-se uma nova rede, a dos simpatizantes, que

³O primeiro caso, a semi-clandestinidade, representava uma tentativa de se conciliar a militância com a vida relativamente normal, assegurando aos militantes que conseguiam manter essa condição melhores meios de sobrevivência. No outro extremo, tem-se a situação-limite de uma virtual perda de contato com os dois mundos, quando o militante não se encontrava mais dentro de uma organização e ainda era procurado pelos órgãos de repressão. Este caso, evidentemente, não representava uma alternativa, mas sim uma inexorável contingência.

se engajam num movimento de solidariedade aos militantes através dos mais diferentes tipos de apoio.

O mesmo esforço de adequação à realidade também ocorre na situação de confinamento penal. Nesse ambiente, os presos políticos confrontam-se com uma qualidade de vida que lhes exige adaptação de seus padrões psicossociais. Há necessidade de uma reorganização de sua relação com o espaço, com a vivência do tempo, com um novo código social, além do ajuste à natureza da interação que passam a estabelecer com outros agentes sociais (companheiros ou carcereiros) pela condição do convívio forçado e pela hierarquia a que estão submetidos dentro da estrutura institucional.

O confinamento oficial em instituições penais representou para os militantes, de modo geral, uma garantia de sobrevivência e um fim às sessões de tortura. Apesar das novas condições, as ex-presas políticas que entrevistei relatam que o esquema de vida que elas passam a conhecer naquela situação impõe-lhes uma experiência que não deixa de ser violenta⁴. O aspecto mais contundente do isolamento carcerário refere-se ao gradativo afastamento dos presos dos núcleos que davam sentido e orientação a suas vidas, por vezes provocando um processo de degradação e de desestruturação de suas identidades individuais. O fato de pertecerem a um projeto coletivo inspirado em ideais que, segundo seus testemunhos, as motivaram a todos os sacrifícios era uma âncora contra esse processo. Contudo, essa condição não foi suficiente para evitar dissensões entre presas políticas, nem para poupá-las de conflitos pessoais de grande sofrimento. Portanto, a situação de ruptura e de isolamento em que se encontram os presos é, nas palavras de Goffman, um período de vida “colocado entre parênteses”⁵.

Em suma, nas duas circunstâncias - a da clandestinidade e a da prisão - ocorre uma transformação na organização e na interação social, fato que se impõe à existência de cada um daqueles militantes com maior ou menor grau de violência. Nesse sentido, um dos aspectos mais contundentes da vida em clandestinidade refere-se à inevitabilidade da assunção de uma identidade falsa ou “fria” e, como desdobramento, à situação de ambigüidade por ela gerada. Durante o período de encarceramento, a privação de liberdade e a experiência do convívio representam as dificuldades maiores que enfrentam.

Na clandestinidade, apesar do sigilo que cercava as suas atividades e apesar de manterem suas identidades incógnitas, esses agentes transitavam pelos espaços onde a vida social comum se desenrolava, estabelecendo com ela um convívio relativamente regular. Este contato - que, de alguma forma, lhes garante a sobrevivência - é para eles, ao mesmo tempo, fonte de constante ameaça, pelo risco que essa relativa visibilidade lhes oferecia. A outra face da vivência dessa ambigüidade diz respeito à própria cisão interna que a incorporação de uma nova identidade pode provocar nos indivíduos. Isto é observado, sobretudo, se levarmos em conta o significado cultural da escolha de um nome e o que ele passa a representar. É o que diz uma ex-presa política: “O nome mexe com a identidade da gente. Quando me

⁴Uma das ex-presas políticas comenta seu alívio ao ser transferida oficialmente para uma tal instituição: “Ironia daquela vida! Desejar um presídio como se deseja uma colônia de férias!”

⁵Goffman, E. - “Characteristics of total institutions” [1958], in A. S. Goldstein e J. Goldstein (orgs.), *Crime, law and society*. Nova York, The Free Press, 1971, p. 255.

chamavam 'Alice', eu tinha que pensar rápido - não era sempre um ato reflexo; essa história toda era um gasto danado de energia [...] e depois era pesado ter que separar quem era Alice e quem era eu própria”⁶.

Além do mais, a mudança de nome implica também na criação de uma nova história de vida e na composição de uma outra identidade social. O descolamento de sua verdadeira história, mesmo não acontecendo de forma total, pode destituir o indivíduo de uma das âncoras mais fundamentais para sua integridade psíquica e social. Outro dado que intensifica o grande desconforto experimentado por indivíduos em tais situações remete-se à necessidade de tornar inexistente o passado. É extremamente difícil lidar-se com pessoas cuja história é desconhecida. Igualmente penoso é ter-se que cortar seu próprio passado da sua vida presente, o que, entretanto, representava um recurso inevitável para se fazer face às duras contingências daquela realidade, artifício que funcionava como exercício de sobrevivência para os que nela estavam envolvidos. Acrescentando-se a esse quadro a exigência de se ocultar a identidade até dentro das próprias organizações - o que, muitas vezes, tornava bizarra a convivência entre companheiros -, pode-se avaliar o custo emocional de tais procedimentos para os que enfrentaram aquelas circunstâncias, sem mencionar o suplício redobrado a que se viam expostos os presos políticos durante os interrogatórios nas dependências dos órgãos da repressão, ao tentarem salvaguardar suas verdadeiras identidades e as de seus companheiros.

Outro aspecto extremamente difícil para os perseguidos políticos refere-se ao processo de estigmatização a que foram submetidos. Ao divergir da ideologia oficial, a esquerda passa a disputar legitimidade para seu código político que, segundo a sua visão, daria um outro encaminhamento às práticas sócio-econômicas, forjando, desse modo, uma nova ética e uma forma de organização social mais justa. Para o regime, esta divergência é traduzida como uma atitude de rompimento com o sistema e, portanto, como uma ameaça à sociedade. A partir desse momento, ao serem identificados pela ditadura militar como transgressores da ordem política e social do país, os militantes são rotulados de “terroristas”. Assim, como desviantes das normas estabelecidas, passam a ser considerados *outsiders*⁷. Eles têm sua identidade social subitamente transformada ao perderem seus direitos políticos, instante em que a perseguição a estes agentes passa a ser sistemática e implacável. São caçados, presos e torturados pela polícia e pelos órgãos de informação. Constata-se, portanto, que a gestão das identidades desses indivíduos torna-se uma experiência complexa e, por vezes, dolorosa. Mesmo sem a ruptura radical de suas identidades - já que as identidades estão permanentemente em processo de reelaboração, redefinição e

⁶Pierre Bourdieu considera que o nome próprio é o atestado visível de identidade de seu portador; um designador rígido, uma imposição arbitrária, que permite ao indivíduo a apresentação oficial de si mesmo. (cf. Pierre Bourdieu, “L’illusion biographique”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 62/63, junho/1986.

⁷Para Howard Becker não existem indivíduos desviantes em si mesmos. O que ocorre é o estabelecimento de regras por um determinado grupo social e sua transgressão por outros agentes, situação em que fica criado o desvio. Neste momento, aqueles que infringem as normas do grupo são colocados de fora e marcados como *outsiders*. Assim, o desvio não é uma condição inerente a algum indivíduo em particular ou a algum grupo social e sim uma definição constituída a respeito de alguém ou a respeito de algum conjunto de indivíduos a partir de determinado grupo que, dentro de um campo específico da sociedade, visa garantir seus interesses. (cf. H. Becker, *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. Nova York, The Free Press, 1963).

atualização -, aqueles indivíduos vivem essa situação à beira de um vácuo existencial e social.

Os militantes de esquerda que deixaram o país, quer se antecipando às investidas da repressão, quer fazendo parte dos grupos que foram trocados pelos embaixadores seqüestrados pela guerrilha, partiam para uma das mais complexas experiências sociais e subjetivas. Devido às circunstâncias em que se encontravam, esses indivíduos enfrentavam um terrível dilema para efetuarem o corte com suas raízes culturais e afetivas. O processo de adaptação à condição de estrangeiro é uma experiência por vezes traumática. Na condição de exilado, essa adaptação mostra-se muito mais penosa para aquele que saiu de seu país por não ter tido outra escolha e que se depara com a impossibilidade do regresso.

Entretanto, a intensidade de sofrimento acima da que foi experimentada por esses militantes na clandestinidade, no exílio e na prisão, está na experiência da tortura. Nela fica caracterizado o grau de violência a que recorreu o autoritarismo para garantir a continuidade do regime militar.

A tortura

As palavras de um agente do DOI-CODI⁸ para uma presa política sintetizam a natureza das rupturas que a prática da tortura inflige a suas vítimas: “Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.”

De fato, nos termos da lei a prática da tortura é um crime hediondo. Nos termos da sociedade tais práticas escapam às formulações de significado de seu próprio código cultural. É nesse sentido que as atrocidades cometidas nos campos de concentração são qualificadas de “crimes sem nome”. À racionalidade de sua aplicação - com a precisão de técnicas e a instrumentalização da sobrevivência (a vida não mais como um direito e como um fim em si mesma, mas como sobrevivência útil, como meio eficaz de extorsão da palavra e de sujeição do indivíduo), contrapõe-se a desrazão (!) [ausência de razão] que a motiva. Sem o valor pedagógico uma vez atribuído ao suplício em praça pública, nem com o valor corretivo atribuído à pena por reclusão, a tortura está sempre à margem dos princípios éticos e morais que ordenam o convívio em sociedade. A sua existência é uma ameaça ao pacto social, sobretudo quando é perpetrada por órgãos do Estado. Esta esfera, que deveria ser o *locus* da efetiva realização e garantia desse pacto, torna-se, nesse caso, sua antítese. Revela-se o centro privilegiado do arbítrio.

Antecipando o teor dos trechos de alguns testemunhos de ex-presas políticas apresentados a seguir, trago nas palavras de Hélio Pellegrino um quadro da lógica da prática da tortura e de seus efeitos sobre suas vítimas:

A tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isso: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue [...]. Na tortura o corpo volta-se contra nós exigindo que falemos, [...] pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade. [...] A tortura nos impõe a alienação total de

⁸ DOI-CODI: Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

nosso próprio corpo, tornando-o estrangeiro a nós e nosso inimigo de morte [...]. O projeto da tortura implica numa negação total - e totalitária - da pessoa, enquanto ser encarnado. O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa o avesso da liberdade. Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.

“A tortura política” - *Folha de S. Paulo* - 5/06/82

Embora não se possa dizer que na tortura haja a suspensão da vida social, fica claro que a natureza dessa prática, dentro da organização dos valores de uma sociedade, coloca-a em uma ordem à parte. Portanto, mesmo não se podendo considerar que o fato se passe fora do âmbito da sociedade ou que se dê fora da cultura - sendo ele próprio um resultado de determinadas condições históricas que favorecem a liberação de reações que, em outras circunstâncias, estariam represadas -, esta forma de violência escapa a um mapeamento ético ou moral. Instalando-se na sociedade em reduto secreto, num espaço esvaziado e alienado do conteúdo dos códigos culturais, ameaça colocar em suspenso o pacto social, reduzindo a comunicação humana à mera expressão de um corpo aprisionado na dor e no pavor.

Para uma aproximação do que foi a violência dessa experiência, nada mais apropriado do que o relato de quem foi submetido a ela. O contato com apenas um ou dois desses testemunhos sobre tal experiência pode deixar-nos a impressão de que estamos ouvindo a uma reprodução exagerada daqueles episódios, tamanho o horror neles contidos. Entretanto, a repetição de relatos com basicamente o mesmo conteúdo, em outras dez narrativas, pode assegurar-nos que estamos ouvindo apenas variações sobre o mesmo tema e que o “exagero” reside nos acontecimentos que se desenrolavam nas salas de tortura e não na fala das vítimas.

Desse modo, passo a introduzir amostras de impressões e reflexões de algumas das ex-presas políticas que entrevistei. É importante destacar que a contribuição das entrevistadas sobre este aspecto de suas vidas na militância mostrou-se mais desigual do que a de seus relatos sobre a clandestinidade. Porém, mesmo com as hesitações e lacunas presentes em algumas dessas narrativas, é impressionante o que fica resgatado do conteúdo de suas experiências na tortura.

Entre as 13 mulheres que entrevistei, apenas uma não sofreu violência física, embora tenha sido submetida à tortura psicológica⁹. É o que ela relata ao falar da visita de um notório delegado da repressão, para lhe fazer ameaças, ao quartel onde estava presa. Ao avistar sobre sua cama o livro *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, ele lhe promete um tratamento muito pior do que os descritos naquelas páginas, caso ela não

⁹Esta militante foi presa poucos dias após a decretação do Ato Institucional nº 5, tendo sido a primeira pessoa a ser detida pelo DOPS de sua cidade. Segundo ela, provavelmente o órgão ainda não estava informado sobre os procedimentos a serem adotados nos interrogatórios dos presos políticos; ela acredita que o fato de se tratar de uma jovem universitária, filha de um conhecido empresário da cidade, deva ter impedido os agentes, naquele momento inicial, de optarem por técnicas violentas para extração de informação. Além do mais, seu pai conseguiu localizá-la com muita rapidez, o que também impediu qualquer mudança, dali para frente, no tratamento que vinha recebendo.

colabore, identificando as pessoas nas fotos que lhe eram mostradas. Sem entender como conseguiu manter o sangue frio todas vezes que foi interrogada, ela diz que, mesmo sendo testada para ver se estava mentindo, nunca deixou transparecer o menor vestígio de que estava com medo. Além disso, permaneceu por uma semana nas dependências da Polícia do Exército (PE), na rua Barão de Mesquita (no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro), para onde foi conduzida para assistir a sessões de torturas. Aliás, esta era uma técnica comumente usada para quebrar a resistência do preso, fazendo-o revelar informações que até então conseguira reter.

Se esta militante não chegou a conhecer o estágio seguinte do procedimento dos interrogatórios, outras duas - mesmo não estando engajadas na luta armada, nem pertencendo a qualquer organização de esquerda no momento em que foram detidas pelos agentes da repressão - não foram poupadas, sendo submetidas a sessões de tortura sem que tivessem o que revelar. É desse modo que, por falta de provas que as incriminassem, os nomes dessas ex-presas políticas não constam em nenhum processo das auditorias militares, conclusão a que seus carcereiros só chegaram depois de as terem submetido a semanas de tortura.

Este procedimento era possível porque, no momento em que eram detidos, os suspeitos permaneciam “desaparecidos” por um período que variava de caso para caso, apesar do prazo legal que era estipulado para a comunicação da prisão e a informação do local às famílias. Segundo o advogado Modesto da Silveira, tratava-se, na realidade, da prática de seqüestro, pois eram prisões arbitrárias, clandestinas (na maioria dos casos sem registros) e por tempo conveniente aos interrogatórios que, em grande parte, acabavam em sessões de tortura. Estes dados revelam que, não havendo registro do número de pessoas levadas para interrogatório nos órgãos de repressão, já que os que não foram incluídos em processos não foram contabilizados, não há uma aproximação possível do número de pessoas que foram torturadas. Mesmo com o devido registro de todas as entradas dos suspeitos nos centros de operações de informação, obviamente não haveria registro dos que passaram pela tortura¹⁰.

Voltando às experiências na tortura, muitas das reações das presas políticas nessas situações não são compreendidas até hoje, nem por elas mesmas. Assim como a ex-militante que não foi torturada fisicamente não entendeu seu próprio auto-controle face às ameaças e aos testes para ser flagrada em contradição, outra ex-presa política também não tem explicação para sua resistência e insistência em não revelar até mesmo informações sem importância, mas que teriam aliviado, mesmo que minimamente, seu sofrimento. Como foi uma das presas mais torturadas, tendo sido a única que serviu de objeto para aula sobre técnicas de tortura, era espantoso que ela se mantivesse irreduzível.

Ao descrever sua experiência como cobaia para experimentos didáticos em “técnicas para obtenção de informação”, ela conta que, quando entrou no recinto encapuzada, ouviu muitas vozes. Ao levantarem seu capuz, constatou que havia dezenas

¹⁰É importante acrescentar aqui um trecho da entrevista com o advogado Modesto da Silveira, que defendeu milhares de presos políticos. Segundo ele, “[...] o maior número de pessoas presas não figura em processo nenhum. Só foram presas para serem pressionadas; outras, quando havia algum indício de que tinham militância política, entravam no inquérito, mas não apareciam no processo”. Quando se chegava na fase judicial, esses nomes eram excluídos.

de pessoas presentes. Os instrutores começaram a aula dizendo que os métodos mais eficazes para obtenção de informação eram o “pau-de-arara” e o choque elétrico. Em seguida, antes de começarem a demonstração, taparam suas narinas com chumaços de algodão embebidos em amônia. Daí em diante, cada vez que ela respirava pela boca, eles também a tapavam. Ela diz que continuava absolutamente muda, trincando os dentes, apesar do pavor que sentia e do sofrimento pela constante falta de ar. Hoje reconhece que sua atitude deve ter atizado a ira dos torturadores. Acredita que por isso foi alvo de tantas e variadas sessões, incluindo aquela em que simularam sua execução por arma de fogo, usando o método da roleta russa. Ela acrescenta que nessa ocasião não estava sendo interrogada; o que fizeram era um ato da mais absoluta perversidade.

Outra guerrilheira passou 90 dias dada como desaparecida, enquanto se encontrava nas mãos dos agentes dos órgãos de informação. Este foi um dos períodos mais extensos de submissão total a sevícias. Em um dado momento desse seqüestro, o desespero desta militante chegou a tal ponto que ela se jogou de uma viatura em que estava sendo transportada. Em suas palavras, desejava morrer. Ao sobreviver aos graves ferimentos que sofreu nessa tentativa de suicídio, depois de sua permanência no Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro¹¹, foi levada para a “casa das torturas” em Petrópolis onde, a qualquer hora do dia ou da noite, sofria agressões físicas e morais. Além de ter sido estuprada mais de uma vez, foi forçada a suportar tratamentos degradantes, como limpar a cozinha completamente nua, ouvindo comentários obscenos. Sua exposição, por tanto tempo, a tais barbaridades (a esse período somam-se os nove anos de encarceramento no Instituto Penal Talavera Bruce) não impediu que esta mulher reconstruísse sua vida ao sair da prisão. Entretanto, as recordações daquelas experiências a impediram de prosseguir com as entrevistas. Ao evocar aquelas lembranças, o impacto do contato com o passado foi forte demais para ser suportado.

A variação que se constata nas reações das ex-militantes em relação a suas experiências na tortura não se reduz a diferenças subjetivas. Além das estruturas psíquicas diferenciadas que obviamente as caracterizam individualmente, tem-se que levar em consideração pelo menos mais dois fatores para explicar - se o fenômeno. Um deles se refere às circunstâncias da prisão, i.e., a época em que o militante foi preso, a maneira como o fato se deu, o local para onde foi levado. O outro tem ligação com as condições da organização naquele momento (quem já estava preso, o sucesso das últimas ações, etc.) e com a própria condição do preso em relação a seu grupo que, mais do que o primeiro fator, constituem aspectos determinantes para seu comportamento.

Em outras palavras, não se pode apenas falar em coragem e heroísmo ao se tentar entender a capacidade de sobrevivência dos presos políticos que suportaram o que nos parece insuportável¹². Nem se pode acusar os que sucumbiram. Sustentando

¹¹Os hospitais das três Forças Armadas receberam sistematicamente os presos políticos que precisassem de cuidados médicos em decorrência das técnicas de tortura a que tinham sido submetidos.

¹²É oportuno destacar a visão, comum às 13 entrevistadas, a respeito de seu papel na luta armada. Todas se recusam a heroizar seu engajamento político e o modo como enfrentaram as consequências dessa opção. Elas consideram que tanto o projeto coletivo ao qual aderiram quanto sua participação nele traduzem as

os traços subjetivos desses indivíduos - que podem se manifestar em qualquer dos dois sentidos, em relação a seu comportamento dentro dessa situação-limite -, encontram-se sua história de vida, o nível de adesão de cada um ao projeto revolucionário, a natureza de sua participação dentro das organizações e o tipo das relações que conseguiam estabelecer com seus companheiros, além das próprias condições objetivas que cada um enfrentou na luta armada.

Se, por um lado, o sentimento despertado pela adesão a um “grupo moral”¹³ explica o maior nível de resistência dos presos políticos aos sofrimentos impostos pela tortura ou confinamento em comparação com a dos presos comuns, não é possível descartarem-se as diferenças que se colocam internamente, mesmo em um grupo que se organiza e que se orienta coletivamente movido por ideais comuns. Essas diferenças, portanto, não se remetem exclusivamente a elementos idiossincráticos.

Para muitas delas, a categoria de presa política realmente as colocava em uma posição diferenciada, mesmo em relação aos agentes do sistema - quer dos órgãos de informação, quer dos presídios. Isto levava-as a manter, na maior parte do tempo, uma atitude de ousadia e arrogância em relação a seus carcereiros. Não foi por outra razão que conseguiram - por inúmeros meios, inclusive o da greve de fome - ter atendidas muitas de suas reivindicações.

Além dos brutais interrogatórios, com suas várias técnicas de tortura, as condições de alojamento, alimentação e de higiene oferecidas aos suspeitos durante esse período de confinamento eram geralmente muito precárias. As dependências mais freqüentemente descritas por minhas entrevistadas foram as do Batalhão da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Os interrogados vestiam roupas em péssimo estado, fornecidas pela instituição, e que, segundo alguns relatos, pareciam ser propositalmente distribuídas em tamanhos opostos aos adequados, tornando grotesca a aparência daqueles que as usavam. É o que uma ex-presa política descreve como “a estética da tortura”, com as presas parecendo um exército de maltrapilhos, em suas roupas cheias de manchas de sangue.

Nessas instalações havia dois tipos de confinamento isolado - em “geladeira”, uma versão das tradicionais “solitárias” em prisões, ou em celas individuais. A outra modalidade de alojamento era o “coletivo” ou “celão”, que reunia um número variável de presos, normalmente recebendo até 12 pessoas. Segundo uma das entrevistadas, quando esteve detida, houve um momento em que havia mais de duas dezenas de presas na cela coletiva.

O período de detenção nesse órgão do Exército tanto podia ser vivido exclusivamente numa dessas duas formas de confinamento, como podia incluir ambas as formas ou ainda uma outra combinação. Esta última situação foi vivida por outra entrevistada que, tendo permanecido isolada durante os meses em que lá permaneceu (chegou a ser hospitalizada duas vezes - uma no HCE e outra no Hospital da Base Aérea do Galeão), teve apenas uma companheira de cela e, mesmo assim, por dois

possibilidades que se ofereciam naquele momento histórico e as exigências que dele partiam. A elas e a seus companheiros de luta coube interpretar a realidade, aceitando os desafios.

¹³, E. H. Erikson *apud* M. Pollak, *L'Expérience concentrationnaire*, Paris, Éditions Métailié, 1990.

dias¹⁴. Embora seja óbvio, cabe aqui enfatizar o perigo do isolamento e a importância da presença de companheiros, nesse contexto.

Se, na prisão, a convivência forçada foi um dos fatores mais difíceis de ser suportado por muitas das presas políticas, a presença de companheiras foi fundamental para que sobrevivessem à experiência da tortura, sobretudo à da expectativa da tortura redobrada. O tintilar das chaves do carcereiro ou cada passo que ouviam se dirigir à cela onde se encontravam provocavam o pânico de virem a ser convocadas para mais uma sessão de interrogatórios, sentimento que era compartilhado por todas. A presa escolhida contava com o apoio das que haviam sido poupadas, através de palavras de confiança e até mesmo de orações. Ao voltar, era recebida com carinho e atenção. Quando necessário, suas companheiras tomavam a iniciativa de chamar o médico de plantão, exigindo os cuidados especiais que as condições da vítima da última sessão de tortura demandavam. Portanto, dentro dessa situação, mais do que em qualquer outra, a solidariedade daqueles que viviam a mesma experiência era fundamental para que pudessem suportar o sofrimento ao qual estavam sendo submetidas. A natureza extrema desse sofrimento e a qualidade das práticas a que essas vítimas haviam sido submetidas não permitiam que esta experiência fosse compartilhada a não ser entre aqueles que a tinham vivenciado. Naquelas circunstâncias, o convívio era uma necessidade e uma garantia. O isolamento, uma condenação da pior espécie.

Outro aspecto que deve ser mencionado é o da qualidade de vida dentro dessas dependências que, de maneira alguma, pode ser aproximada àquela que grande parte das minhas entrevistadas posteriormente conheceria nas prisões. De fato, os elementos que constituem os referenciais de uma existência cotidiana - com suas regras de rotina, não importando quais sejam elas - inexistem nesse tipo de cárcere. Fora a tortura, dois fatores, mais do que quaisquer outros, desestabilizam o equilíbrio tanto individual quanto coletivo nessa situação. Trata-se da ruptura da noção de tempo e a ausência de normas que regulem uma rotina de vida. Na tortura não havia dia nem noite, mesmo quando ainda se tinha noção dessa variação. Os trabalhos de investigação prosseguiam o tempo todo e os presos eram convocados a prestar depoimentos a qualquer hora, sem a menor previsibilidade de quando isso poderia ocorrer. Podiam torturar a qualquer momento, como poderiam poupar inesperadamente quem já havia sido levado às salas de tortura expressamente para esse fim. Ou poderiam voltar para buscar alguém que havia sido torturado há pouco. O único dado mais ou menos certo era o de que as sessões de tortura tendiam a ser mais brutais e frequentes nas primeiras semanas após a prisão por razões táticas. Esse era o momento de se obter informações, antes que a organização desarticulasse seu esquema de “pontos” e

¹⁴A companheira fugaz dessa presa política foi uma jornalista da *Folha de S. Paulo*, cujo filho de 18 anos também estava preso. Apesar de terem sido apenas dois dias de convivência, foi suficiente para que a presa política, que já tinha sido submetida a diversas sessões de tortura e que se encontrava em isolamento, recobrasse a lucidez e se reestruturasse minimamente. O elemento principal dessa injeção de vida foi o poema “Sentimento do Mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, admirado por ambas e que foi repetido quase que incessantemente, naquele breve período, pela companheira que logo se ausentaria. Esse contato e o sentimento de identificação que nele surgiu restituíram-me a certeza de que não havia enlouquecido. Devo acrescentar que esta presa, alvo de tantas sevícias, é uma das duas que já mencionei que passaram por essa experiência sem ter vínculos diretos com a luta armada. ,

“aparelhos”. Outro momento de intensificação da tortura era aquele em que outro membro da organização do preso “caía”, quando dados poderiam ser confrontados.

Dentro dessas condições de sobrevivência torna-se imperioso encontrar meios de se preservar um mínimo de sanidade mental. Contam-se azulejos nas paredes, controla-se a entrada do sol na cela e seu percurso para poder acompanhar a mudança das horas, fazem-se trancinhas com a palha do colchão, fazem-se exercícios de memória, constroem-se listas intermináveis de prováveis nomes para futuros filhos (uma delas me garantiu que esse recurso salvou-a da loucura pela dose de esperança que continha), trocam-se confidências e muita solidariedade. De todo modo, havia sempre a busca de contato com ilhas de uma realidade anterior - quer pelo raciocínio, quer pelo exercício lúdico, ou ainda pela afetividade.

Nessa última categoria inclui-se o contato com os “guardinhas”. Sua presença muitas vezes amenizava a atmosfera de terror que prevalecia naquele ambiente. Em várias situações serviram de ligação entre elas e o mundo exterior (ou até mesmo *intramuros*), o que indica a coragem de muitos deles que, ao tomar posição ajudando as presas, estavam correndo sérios riscos. Em certas circunstâncias, essas figuras - jovens de patentes subalternas que, na sua maioria, estavam constrangidos a uma situação para a qual não tinham nem preparo, nem convicção ideológica - foram providenciais. Uma delas conta que, através de um desses “anjos”, passou um bilhete para o seu namorado que também estava preso nas mesmas dependências e que depois conseguiu trocar com ele um brevíssimo, mas inesquecível, beijo. Outra relata que jogada nua de volta à cela isolada que ocupava depois de uma sessão de tortura, um “soldadinho” deu-lhe um pano para se cobrir. Ela jamais esqueceu este gesto porque seu primeiro trauma foi o de ficar exposta na frente de seus inquisidores. Este fato sempre perturbou todos os presos, embora em graus diferentes. Por isso mesmo, era a primeira tática de intimidação a ser aplicada pelos torturadores. No caso em questão, o espírito altamente religioso e recitado dessa presa fizeram com que ela se sentisse violentamente ultrajada com a situação.

As minhas entrevistadas explicam que outra tentativa para manterem um certo controle referia-se também ao momento de serem levadas encapuzadas (como era o procedimento em todas as ocasiões) para a sala de interrogatórios. A técnica era a de memorizar o percurso, sabendo quantos passos as levavam até a escada, quantos degraus deveriam descer, para que lado deveriam virar e assim por diante. Este recurso servia para suavizar o trajeto, durante o qual eram enganadas pela orientação de quem as acompanhava para fazê-las tropeçar e cair.

Deviam estar alertas, também, para a encenação do interrogador “bom”, que poderia surgir trazendo conforto para o sofrimento de um interrogatório especialmente violento. Com isso, ele poderia derrubar a defesa e o auto-controle de uma presa ou de um preso que tivesse logrado manter sigilo sobre o que buscavam saber.

Para as ex-presas políticas, o fato de serem mulheres acirrava a raiva dos torturadores, provocando-lhes, por vezes, o descontrole nas suas atitudes. A explicação para essa reação pode estar referida ao papel duplamente transgressor das militantes: enquanto agentes políticos, insurgindo-se contra o regime, e enquanto gênero, rompendo com o padrão vigente de *status* dessa estrutura. A junção desses

dois aspectos imprime um significado radical à participação política dessas mulheres no movimento da luta armada contra a ditadura, fato que certamente não escapa à interpretação dos agentes dos aparelhos de repressão do Estado. O general Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) e chefe do CODI, constata que “[...] as mulheres são muito mais ferozes que os homens. É minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens[...]”¹⁵. Estaria este general justificando determinadas práticas dos órgãos de repressão pela ameaça que acreditava encontrar na participação das mulheres na luta armada?¹⁶

Entretanto, essa atitude não determinou um comportamento diferenciado na escolha dos métodos a serem empregados para extraírem informação dos presos. Em seu testemunho, uma delas resumiu como se organizava a prática da tortura, ao afirmar que quando era torturada e lhe davam choques elétricos nos mamilos, os torturadores não estavam olhando para um objeto sexual. Estavam encarando um objeto de tortura que ofereceria bons resultados. Esclarecendo um pouco mais essa questão, ela explica que, na tortura, as técnicas para provocar dor lancinante ou desespero moral eram aplicadas indistintamente, podendo o sofrimento ser, por hipótese, igual para homens ou mulheres. As variações individuais que se apresentavam estavam ligadas à subjetividade e à história pessoal de cada torturado. Pode-se supor, assim, que a intenção no uso (sexual ou não) do corpo do preso ou da presa era, em princípio, instrumental. Viam neste corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir informações. O mesmo general Fiúza de Castro afirma que “[...] em certas circunstâncias ela [a tortura] é necessária, [...] ela é válida - para adquirir informações”¹⁷. Logo, pode-se levantar a hipótese de que a aplicação da tortura e a intensidade do sofrimento não estavam relacionados com o sexo do preso. Por outro lado, pode-se constatar que a qualidade de seus efeitos foi, em alguma medida, diferente entre os dois.

Nesse sentido é bastante levantarem-se três exemplos, todos eles referentes à questão da maternidade. Uma das entrevistadas é presa no início de uma gravidez e torturada com a aplicação de técnicas que buscavam a maior eficácia possível, relacionando sempre o fator tempo ao resultado obtido. Para tanto, exploravam insistentemente o ponto fraco de suas vítimas, não importando qual fosse a sua natureza. Esta presa tinha sido submetida recentemente a uma cirurgia anal. Os constantes choques elétricos nessa região, além do suplício que provocou, acabou fazendo com que ela abortasse a criança que gerava. Uma outra guerrilheira, que estivera por quatro anos no Araguaia e voltara clandestinamente justamente por estar grávida, foi presa já no sexto mês de gravidez. Foi torturada do mesmo modo que os outros presos que se encontravam detidos pela Operação Bandeirantes (OBAN), no quartel da Polícia do Exército em São Paulo. Quando foi transferida para outro quartel, desta vez em Brasília, e já tendo ao seu lado o filho recém-nascido, é torturada através das ameaças que fazem à criança. O terceiro caso refere-se à presa política que

¹⁵ Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro, *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 77.

¹⁶ É freqüente a dicotomização na representação da mulher: ou é “santa” ou é uma combinação de “bruxa” com “prostituta”. Nesse sentido, elas tornam-se seres enigmáticos e, portanto, ameaçadores.

¹⁷ Maria Celina D’Araújo et alii, op. cit. p. 73.

foi estuprada nas instalações da P.E. no Rio. Com isso ela é duplamente torturada já que, ao saber que está grávida, não suporta a idéia de ter a criança e resolve interromper a gravidez pouco tempo depois, quando é solta. Entretanto, foi muito difícil para ela conviver com o fato de ter tomado tal decisão. Como católica fervorosa - fato que os torturadores não deixaram de levar em consideração, ao escolher o procedimento a ser utilizado com esta presa -, sabia que transgredira uma das mais severas proibições de sua Igreja. Ela acrescenta que o resultado de tal opção foi o de nunca mais ter tido coragem de ter filhos, mesmo adorando crianças.

A questão dos filhos envolve um outro procedimento extremamente violento, que é a manipulação de crianças. Não foi incomum se trazerem, às salas de tortura, filhos de presos que estavam sendo torturados, para que presenciassem a cena. Em uma dessas situações, os filhos de uma de minhas entrevistadas contavam apenas quatro e cinco anos de idade. Segundo duas ex-presas do DOI-CODI no Rio, o médico Amílcar Lobo dizia: "Terrorista não pode ter filho. Quem tem filho, agora que agüente!" Assim, tanto o fato de desconsiderarem a gravidez como impedimento para as sevícias, quanto o de utilizarem - além dos companheiros do(a) torturado(a) - crianças como instrumentos na tortura, apontam para a extrema racionalidade dos métodos aplicados, cuja escolha dos meios os mais eficazes estava sempre acima de qualquer outro critério. É o que se observa no uso de técnicas extremamente cruéis nas mulheres, mesmo quando grávidas.

A qualidade do sofrimento, portanto, pode estar ligada aos desdobramentos que a prática da tortura é capaz de infligir, atingindo não somente o corpo que domina, tanto nos homens quanto nas mulheres. É o que atestam os suicídios cometidos por militantes ou, muitas vezes, por ex-militantes. Neste caso, os efeitos das experiências na tortura, na prisão ou na clandestinidade ainda alcançam a vítima tempos depois, mesmo quando supostamente se encontram a salvo das práticas daquele período. Além do suicídio, há uma outra ameaça: a loucura. Uma das ex-presas políticas comenta que seu maior medo era o de se descontrolar emocionalmente ou de se desestruturar psicologicamente. O constante horror face a essa possibilidade, que não era desconhecido pelos torturadores, era explorado por eles quando, por exemplo, lhe ofereciam uma arma para que ela se suicidasse. Entre as 13 entrevistadas, várias afirmaram conhecer inúmeros casos de militantes que não suportaram os sofrimentos e que enlouqueceram ou ficaram com seqüelas.

No caso das mulheres, além de todos esses aspectos e dos que podem marcar uma decisiva diferença na vivência da tortura (como no caso da maternidade), devem-se levar em consideração as representações que cingem as mulheres a determinados papéis, outra especificidade de sua situação nesse contexto. Além de serem submetidas a toda sorte de violência física e moral - que atingia a todos os interrogados, por ser o recurso estratégico dos órgãos de repressão para extorsão de informação - a maioria delas diz ter enfrentado acusações e ameaças, que em alguns casos se concretizavam, pelo fato de serem mulheres e de estarem ali. Transgrediam, como já afirmei anteriormente, também um outro código - o de gênero. Várias descrevem a reação de asco que despertavam em seus inquisidores e o conseqüente abuso verbal, sempre referente à sua condição de mulher, a que eram sistematicamente submetidas durante os interrogatórios. Não eram xingadas somente

por serem “terroristas”; eram duplamente desclassificadas por serem “terroristas” e mulheres, infame combinação para os agentes da repressão. Além do mais, os constrangimentos a que tanto homens quanto mulheres eram submetidos as atingem de forma particular. Elas estiveram sempre nas mãos de agentes do sexo masculino, sofrendo todos os vexames sob o olhar de alguém que lhes é diferente. Acontecia, por exemplo, de menstruarem inesperadamente durante uma sessão de tortura. Este fato foi, para uma presa política, a maior das humilhações.

Restam ainda algumas questões que aparecem nos testemunhos e que devem ser comentadas. A primeira delas diz respeito ao destino daqueles que passaram pelos interrogatórios, sob tortura ou não, e já foi brevemente comentada. Portanto, acrescento aqui apenas alguns detalhes. Assim, o comparecimento a um órgão de informação, para prestar depoimento, poderia representar apenas isso. Após esclarecimentos, o detento podia ser liberado, sem qualquer outro constrangimento a não ser o susto de estar ali. Foram muitas as pessoas que se encontraram nessa situação e que dizem que, além do desconforto que experimentaram (extensão do interrogatório, insistência em determinadas questões com uma certa pressão psicológica), não foram ameaçadas. Outras foram presas e torturadas, sem o mais remoto envolvimento com os acontecimentos políticos daquele momento. Uma das ex-militantes relata o caso de uma mulher que foi colocada na sua cela e que era provavelmente uma prostituta. Por terem encontrado um cartão com o nome de um guerrilheiro Tupamaro entre seus pertences, foi muito torturada. Mas, tratava-se de uma pessoa totalmente alienada, sem a menor idéia do que estava acontecendo.

Havia outros enganos, alguns menos grosseiros, como nos casos das minhas duas entrevistadas que, de fato, tinham tido envolvimento com o projeto revolucionário, mas que não se encontravam mais ligadas a organizações. Uma delas e seu marido acabam sendo soltos sem serem incluídos em processo algum. Entretanto, continuaram sendo perseguidos, mesmo depois de soltos. Naquele momento, já sabendo exatamente o que enfrentariam se fossem capturados outra vez, o pânico foi muito maior. Ela diz que a sensação era a de estar vivendo um conto kafkiano, tamanho o absurdo da situação. Mais absurda ainda foi sua experiência, algum tempo depois da Lei da Anistia (no início dos anos 80, pouco depois do ataque terrorista ao prédio da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio, que provocou a morte de umas de suas funcionárias) quando, entrando em casa uma noite, a encontra arrombada, com as paredes pichadas de sangue com desenhos de suásticas e os móveis quebrados. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil interferiu para que ela e seu marido fossem para a França, onde permaneceram durante alguns anos. Com certeza este foi um dos raros casos de “exílio” depois do início da distensão política lenta e gradual¹⁸.

¹⁸A partir da publicação, em março de 1996, de dois livros - *A direita explosiva no Brasil* [Rio de Janeiro, Mauad] baseado em depoimentos do coronel da reserva do Exército Alberto Carlos Costa Fortunato, escrito pelos jornalistas Kátia Ribeiro e José A. Argolo e por Luiz Alberto Fortunato, filho do próprio depoente, e *Riocentro - quais os responsáveis pela impunidade?* [Rio de Janeiro, Domínio Público] do almirante Júlio de Sá Bierrenbach, que, como ministro do Superior Tribunal Militar, votou, em outubro de 1981, a favor da reabertura das investigações do Caso Riocentro em agosto daquele ano) e dos desdobramentos que o assunto teve na mídia, as revelações sobre os atentados terroristas de direita, principalmente nos anos de 1980 e 1981 - explicam esse episódio na vida dessa ex-presa política.

O advogado Modesto da Silveira confirma a prática desses atos que, além de arbitrários e violentos, pareciam ilógicos ao atestar que estava presente no ato de soltura de duas de seus clientes e que logo em seguida, acompanhando-as à casa delas, ele e elas são abordados por agentes da repressão que tentam capturá-las de novo. Isto indica que não havia garantias - por mais escassas que fossem, dadas as características do próprio sistema - contra as arbitrariedades que vinham sendo cometidas, embora houvesse o Código de Justiça Militar para regular os procedimentos de tais inquéritos. Portanto, ser liberado após uma série de interrogatórios - com ou sem tortura - sem estar incluído em processo algum, nem sempre significava a suspensão da perseguição, existindo sempre a possibilidade de uma nova prisão. Qualquer cidadão brasileiro estava potencialmente sujeito a esse tipo de arbitrariedade. Muitos, mesmo não tendo sido atingidos, o foram indiretamente - em maior ou menor grau - através do envolvimento de parentes, de amigos ou de conhecidos.

Além dessa categoria de interrogados, havia a daqueles que eram indiciados e incluídos nos processos da Justiça Militar. Muitos desses foram condenados a penas, em regime de reclusão, cujo tempo variava. Uma de minhas entrevistadas foi condenada à pena máxima. No momento da anistia, ela e outra ex-militante que entrevistei, já estavam presas há quase dez anos. E, por último, há o caso dos que estão desaparecidos até hoje. Suas famílias, impossibilitadas de sepultá-los, só em agosto de 1995 têm o reconhecimento, por parte do Estado, da morte de seus parentes pelas forças do regime militar. Projeto de lei enviado sobre a matéria é enviado ao Congresso e aprovado, sem alterações, no dia 14 de setembro do mesmo ano para o pagamento de indenização a elas¹⁹.

Uma outra questão diz respeito às consequências da violência praticada pelo Estado contra as famílias dos presos políticos. Em muitos casos, a incredulidade era o recurso inconsciente para suportar a dor do desaparecimento de alguém da família. Era comum os parentes não conseguirem acreditar que seus filhos, irmãos, maridos ou mulheres estivessem sendo torturados. Somente quando os viam pela primeira vez, depois do período de incomunicabilidade, é que podiam constatar o estado em que se encontravam. Mesmo na ausência de marcas de sevícias (havia cuidado, durante as sessões, para que fossem utilizadas determinadas técnicas em determinadas partes do corpo a fim de que não deixassem vestígios, embora isso nem sempre fosse possível), era perceptível o grau da violência ao qual esses presos estavam sendo submetidos. Muitos dos filhos desses indivíduos guardam fortes impressões daquele período, quer por ter assistido a seus pais serem torturados, quer por tê-los visto serem arrancados de casa e nunca mais voltarem, quer ainda por terem tido suas vidas completamente alteradas e desestabilizadas por algum tempo. Um desses jovens, só muitos anos depois, pôde recuperar-se do impacto da cena da prisão de seus pais, em sua própria casa. Ele escreve:

Ouvi gritos de noite. / Gritos de meu pai / e não pude crer / o meu super homem / grita e chora / finalmente sei / você sente / é humano / como eu. / Apurei os ouvidos / e

¹⁹Integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais e os da Comissão dos Direitos Humanos no Congresso consideram que somente a indenização não atende às reivindicações das famílias dos desaparecidos políticos, que querem a apuração das condições da morte e da tortura em cada caso, mesmo sem a identificação dos culpados.

ouvi mais gritos / perdidos no tempo / no espaço / na memória / da história / de tudo que nego /chamar de história / de memória [...]

José Ricardo - Prêmio Herzog de Jornalismo - 1988 - SP

Contudo, os efeitos da existência da tortura na sociedade brasileira não se restringiam a mobilizar os que estavam diretamente envolvidos, quer como vítimas, quer como parentes e amigos dessas vítimas. A ameaça que essa estratégia de repressão provoca atinge também aqueles que, tendo consciência do que se passava, vêm-se compelidos, por razões pessoais (convicção política ou medo) a não colaborar com a luta que está sendo armada e a negar apoio até a amigos ou membros de sua própria família que militam contra o regime. De qualquer modo, muitos indivíduos que se colocam numa posição fortemente defensiva em relação à militância por receio de se comprometerem passam, ao mesmo tempo, a ter que conviver com a acusação, quando não com sentimentos conflitantes, de terem sido omissos e/ou covardes. Além dessas pessoas não solidárias, havia as que, mesmo negando serem a favor da tortura, diziam não haver outro jeito, lançando mão do conhecido argumento de que “guerra é guerra”. Há, também, aquelas que passam a formar uma rede extensa e sumamente importante para a sobrevivência e para a proteção dos que vivem em clandestinidade: são os simpatizantes da causa que, embora não tenham se engajado, participam de forma indireta no movimento. Finalmente, há ainda um outro contingente da sociedade brasileira que experimenta esse período de forma diferente. Encontra-se encapsulado dentro do desconhecimento do que efetivamente se passa nos órgãos de repressão do Estado - condição involuntária ou, para muitos, propositalmente buscada pelo desejo de se manter em estado de ignorância.

A luta incansável de tantas outras famílias, durante tantos anos, em busca de alguma pista sobre o paradeiro de um ou mais de seus membros é o exemplo de mais um tipo de violência ao qual são submetidos aqueles que sofrem perdas pelas mãos do regime militar. São famílias que, até pouco tempo, não puderam fazer luto pela morte dos seus por falta de um corpo para enterrar ou de documentos que atestassem essas mortes. O significado de uma tal impossibilidade é descrito por uma das entrevistadas que assiste a um enterro simbólico feito pelos pais de um guerrilheiro que haviam finalmente conseguido um atestado de óbito para seu filho, embora não tivessem um corpo para enterrar. Este significado aponta para duas dimensões dessa realidade: para o sofrimento subjetivo de cada membro da família e para o que a negação do reconhecimento social que essa perda exige pode representar.

Esse também foi o caso dos pais de Sônia Angel. Apesar do bravo espírito que os dois demonstraram, pude constatar, quando entrevistei-os, a dor demasiadamente cruel que foi para eles a espera, a dúvida e, ao mesmo tempo, o medo da certeza a respeito do paradeiro de sua filha. O professor João Luiz de Moraes e dona Cléa, pais de Sônia (morta em 1973), conseguem enterrar em 1981 os supostos ossos de sua filha (ele desconfiara que não fossem dela no momento que os viu sendo exumados no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo) no Cemitério Jardim da Saudade no Rio. Após muitas dificuldades, conseguem nova exumação e fica constatado, após vários exames, que a ossada era de um homem. O professor Moraes acrescentou: “Nada disse na ocasião da primeira exumação porque não tinha autoridade para dar opinião.

Mas, com o tempo, aprendi a identificar as pessoas pelas ossadas. Curiosamente, quando Cléa e eu vimos pela primeira vez os ossos de Sônia, logo os identificamos.” Na realidade, foram necessárias mais seis exumações para localizarem e identificarem os ossos de sua filha, finalmente sepultados em agosto de 1991, quase 18 anos depois de sua morte, no mesmo cemitério onde haviam feito o primeiro enterro. Para muitas outras famílias, o tempo de espera tem sido muito maior. Continua até hoje.

Finalmente, não posso deixar de incluir nestas considerações o efeito talvez mais perverso das práticas da repressão. A subjugação à tortura, por não suportar a violência das sevícias, fez com que muitos presos, revelando informações, incriminassem outros companheiros. A consciência desse fato representa um sofrimento difícil de ser tolerado. A cisão entre corpo e mente, quando a vontade dobra-se à exigência de um corpo que torna-se o pior inimigo de sua própria mente, é uma das mais dilacerantes experiências humanas. Uma de minhas entrevistadas escreveu, durante sua permanência na prisão, um poema que traduz o terrível sentimento suscitado por esta condição. Reproduzo aqui apenas alguns de seus versos:

Não é a eternidade / da primeira viagem / em camburão,/ a expectativa-certeza / de sofrimentos inimagináveis / cujos relatos conheço / mas dos quais seremos / pela primeira vez / vítimas.

Não é o se perceber / tão pouco dona de si mesma / que até o direito / do passo corriqueiro / um pé na frente do outro / nos é negado./ Por um mês / somos cachorro cego / puxados por uma coleira.

Não é o grito dos outros / nas longas noites em que somos reserva.

Não é o próprio grito / nas outras noites.

De todas as técnicas delirantes / a tortura que permanece é lembrar que / em poucos mas decisivos momentos / de companheiros transformam-nos em perdigueiros.

Estas experiências fazem parte de um período da história do Brasil que perdurou por 21 anos. Entretanto, a mudança desse regime não pôs fim às conseqüências das práticas repressivas adotadas pelos governos militares. Seus desdobramentos ainda repercutem na sociedade brasileira, mais de dez anos depois da retomada dos rumos democráticos. Inicialmente com pouco alcance, esta repercussão passa a ganhar intensidade a partir dos anos 90, culminando com o reconhecimento por parte do Estado, em 1995, de sua responsabilidade pelo desaparecimento de 136 militantes. Esse número - ao qual, pouco depois, foram oficialmente acrescentados outros 12 nomes - pode também funcionar como símbolo de todos os outros brasileiros cujos desaparecimentos ou mortes não foram denunciados e que, portanto, permanecem sem registro. Ficarão para sempre desconhecidos muitos desses ativistas anônimos, sobretudo operários e camponeses. Qual será o *status* desses participantes que se inseriram na guerrilha de modo distinto dos militantes das camadas médias ou das elites, na história daquele período? Como serão atendidos os direitos tanto dos indivíduos de segmentos populares que militaram e que sobreviveram à repressão, quanto daqueles que, oriundos desse mesmo meio, perderam parentes na luta, mas que não têm representatividade política para reivindicar reparos por parte do Estado pelas perdas materiais e morais que sofreram?

Além destas indagações, permanece a questão da relação entre a experiência do autoritarismo e a forma como o crime, a violência, em todas suas manifestações, e a corrupção se reproduzem na sociedade brasileira. Embora venham se desenvolvendo vários níveis de análise sobre esta problemática, a reflexão sobre o assunto, como disse anteriormente, ainda não se esgotou. Além de uma explicação sobre a origem da politização da violência e sobre o surgimento do crime organizado, é necessário que se analise a dimensão da relação entre órgãos de defesa do Estado e os de segurança pública no período da ditadura, para se entender a extensão e a qualidade de seu impacto sobre a sociedade. Em que medida a ideologia desse regime, travando o processo da democratização e retardando a construção de uma efetiva sociedade civil, sedimentou a cultura da impunidade e do arbítrio em nosso país?

[Recebido para publicação em abril de 1996]